Domingo, 15 de Novembro de 2026

Liberdade tem cor e gênero

O Dia Internacional das Pessoas Afrodescendentes, celebrado em 31 de agosto, é uma data de grande reflexão. Se faz pertinente a pergunta: depois de tantos séculos de discursos sobre igualdade, quem ainda permanece distante dela?

Durante muito tempo, a história foi escrita a partir dos reis, presidentes, generais, intelectuais e grandes acontecimentos ocuparam suas páginas. Nas margens permaneceram milhões de pessoas cuja existência sustentou silenciosamente a construção das sociedades.

Entre elas, mulheres negras que trabalharam, criaram filhos e filhas, preservaram culturas, transmitiram saberes, enfrentaram violências e, apesar de tudo, produziram formas extraordinárias de resistência.

Algumas pessoas constroem o mundo, enquanto outras recebem o privilégio de serem protagonistas. Assim, pensar a condição das pessoas afrodescendentes exige também pensar sobre quem possui a palavra.

Lélia Gonzalez ao examinar a sociedade brasileira, mostrou como o racismo e o sexismo se entrelaçam na experiência da mulher negra. Sua reflexão rompeu com a confortável imagem de uma democracia racial naturalmente harmoniosa e revelou as desigualdades escondidas sob a cordialidade das relações sociais.

Já Sueli Carneiro avançou nesse caminho ao demonstrar a necessidade de “enegrecer” o feminismo. De forma pertinente e necessária, a escritora afirmou que não existe emancipação feminina verdadeira quando determinadas mulheres permanecem invisíveis dentro do próprio discurso emancipatório.

Angela Davis mostrou como raça, classe e gênero precisam ser pensados conjuntamente para compreender a história das mulheres e das relações de poder. bell hooks, por sua vez, insistiu na necessidade de um feminismo capaz de ultrapassar os limites de uma experiência feminina privilegiada e transformar-se em movimento verdadeiramente comprometido com o enfrentamento das diferentes formas de dominação.

A escravidão externa a pedagogia social da desigualdade. Durante séculos, ensinou-se, pela violência, que alguns corpos poderiam servir a outros. E mais, que determinadas pessoas poderiam ser transformadas em propriedade, e que a cor poderia estabelecer lugares distintos dentro da sociedade.

A Lei Áurea fez apenas a abolição formal da escravidão. Todavia, nenhuma lei consegue apagar séculos de construção cultural. A igualdade material continua sendo construída. A mulher negra frequentemente esteve situada na fronteira de diversas desigualdades.

Trabalhou quando o trabalho feminino ainda era socialmente desvalorizado. Sustentou famílias quando sua própria vulnerabilidade econômica era ignorada. Cuidou dos filhos e filhas de outras famílias enquanto enfrentava dificuldades para cuidar dos seus. Participou da construção econômica e cultural do país sem receber reconhecimento proporcional à sua contribuição.

Determinadas mulheres encontram maiores obstáculos para alcançar posições de liderança. Quando a pobreza possui cor e gênero. Quando padrões de beleza fazem uma menina aprender, ainda na infância, a rejeitar características do próprio corpo. Quando a violência se torna parte recorrente da experiência feminina. Quando a presença de uma mulher negra em espaços tradicionalmente reservados às elites ainda provoca surpresa.

Democracia não é apenas contar votos. É também distribuir possibilidades. Uma sociedade pode possuir eleições regulares, instituições funcionando e uma Constituição proclamando igualdade e, ainda assim, conservar mecanismos silenciosos que dificultam o acesso de determinadas pessoas aos espaços de poder.

Quando uma menina negra encontra mulheres negras na literatura, na universidade, na ciência, na medicina, no sistema de justiça, na política, nas empresas e nas artes, ela percebe que aqueles lugares também pertencem ao horizonte de suas possibilidades.

O Dia Internacional das Pessoas Afrodescendentes, data declarada pela ONU, passa a ser momento de oportunidade para observarmos criticamente aquilo que ainda não conseguimos superar, especialmente a pauta das mulheres negras.

Rosana Leite Antunes de Barros é defensora pública estadual, mestra em Sociologia pela UFMT